



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Corte Especial

Sabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

190

Embargos à execução nº 177473-4 e execução contra a Fazenda Pública nº 126800-2

Embargante: Estado de Pernambuco.

Embargadas: Tereza Neumann Moura Bezerra Sampaio e outra.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. EXCESSO DE EXECUÇÃO. EMBARGOS UNANIMEMENTE ACOLHIDOS. VERBA HONORÁRIA FIXADA POR MAIORIA DE VOTOS. 1. Pedido executivo autônomo lastreado em título executivo judicial devidamente instruído com o memorial descritivo do cálculo executado, indicando os valores históricos e os respectivos acessórios, viabilizando, assim, o amplo contraditório executivo para fins de alegação de excesso, pelo que uniformemente rejeitada a preliminar de inépcia da petição inicial. 2. Inicial executiva acompanhada de documentos capazes de certificar o valor efetivamente devido a título de estabilidade financeira, para cálculos das diferenças declaradas como devidas em relação ao que foi efetivamente pago historicamente, documentação integrante do acervo fiscal do próprio Estado embargante, de modo que eventual conferência em contrário deveria ter sido juntada nos mesmos autos, confortando amplo contraditório executivo em relação à matéria questionada, razão pela qual unissonamente foi rejeitada a prefacial de falta de documentação essencial à propositura da ação. 3. Mérito. Verificado o excesso de execução na medida em que, no que se refere ao mês de abril de 1995, devem ser calculados apenas os valores relativos aos dias subsequentes à data da impetração da segurança originária, restando igualmente equivocado o cálculo de liquidação das diferenças devidas à embargada Maria Eliane Roma de Souza, porquanto o valor efetivamente devido é o de R\$ 936,00 (novecentos e trinta e seis reais), conforme documentação acostada aos autos. 4. Embargos à execução unanimemente julgados procedentes para expurgar o excesso devidamente discriminado pelo embargante, condenando-se as embargadas, por maioria de votos, em honorários advocatícios à razão de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do excesso declarado, determinando que, com o trânsito em julgado, sejam encaminhadas peças necessárias ao Presidente desta Corte de Justiça, para oportuna inscrição e pagamento das verbas devidas através de competentes precatórios.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de embargos à execução nº 177473-4, acima referenciados, julgados em sessão realizada no dia 14/12/2009, ACÓRDÃO os Desembargadores integrantes da Corte Especial deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em rejeitar as preliminares de inépcia da petição inicial e de falta de documentação essencial à propositura da ação, e no mérito, também à unanimidade, em julgar procedente os embargos à execução fixando, por maioria de votos, a verba honorária em favor da fazenda pública, nos termos da ementa supra, do voto e das notas taquigráficas em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 04 de março de 2010



Des. Ricardo Paes Barreto – Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Corte Especial
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Embargos à execução nº 126800-2

Embargante: Estado de Pernambuco.

Embargadas: Tereza Neumann Moura Bezerra Sampaio e outra.

RELATÓRIO

Cuidam-se de embargos à execução aforada contra o embargante, na qual se alegam preliminares de inépcia da inicial e de falta de documentos essenciais à propositura da ação de execução e, no mérito, pugna-se em ordem eventual pela procedência dos embargos, seja para declarar a inexigibilidade do título judicial executado, seja para expurgar apontado excesso executivo devidamente discriminado.

Contrariedade pela rejeição das prefaciais e, no mérito, pela improcedência da pretensão desconstitutiva do Estado, vindo-me, em seguida, os autos conclusos.

Inclua-se em pauta para oportuno julgamento.
Recife, 1º de dezembro de 2009

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Corte Especial
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Embargos à execução nº 126800-2

Embargante: Estado de Pernambuco.

Embargadas: Tereza Neumann Moura Bezerra Sampaio e outra.

VOTO DA PRELIMINAR DE INÉPCIA DA EXORDIAL

O pedido executivo autônomo apensado está lastreado em título executivo judicial e encontra-se devidamente instruído com o memorial descritivo do cálculo executado, confirmam-se fls. 07 e 08, indicando os valores históricos e os respectivos acessórios, viabilizando, assim, o amplo contraditório executivo para fins de alegação de excesso.

Diante de todo o exposto, rejeito esta preliminar.

É como voto

Recife, 14 de Dezembro de 2011

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Corte Especial
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Embargos à execução nº 126800-2
Embargante: Estado de Pernambuco.
Embargadas: Tereza Neumann Moura Bezerra Sampaio e outra.

VOTO DE MÉRITO

Cuidam-se de embargos à execução, cuja liquidação se deu por cálculo, onde se alega falta de elementos nos autos que possam atestar a correção dos dados numéricos apresentados, indicando-se, em ordem eventual, ocorrência de excesso de execução relativamente a cobrança excessiva do mês de abril de 1995 e a base de cálculo das diferenças devidas à embargada Maria Eliane Roma de Souza.

Tem razão o Estado embargante em sua tese desconstitutiva.

Inicialmente quanto ao mês de abril de 1995, foram discriminados nos cálculos das embargadas os valores devidos como um todo, quando o certo deve ser apenas os dias subseqüentes à data da impetração da segurança originária, ou seja, de forma parcial.

Já o cálculo de liquidação das diferenças devidas à embargada Maria Eliane Roma de Souza tomou por base ser devida sua estabilidade financeira no valor de R\$ 1.716,00, enquanto que o valor efetivamente devido é de R\$ 936,00, conforme documento de fls. 10.

Correta, portanto, a discriminação contraditória dos cálculos apresentados pelo embargante.

Diante de todo o exposto, o meu voto é no sentido de que sejam julgados procedentes os presentes embargos à execução, para expurgar o excesso devidamente discriminado pelo embargante, condenando as embargadas em honorários advocatícios à razão de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do excesso declarado, determinando que, com o trânsito em julgado, sejam encaminhadas as peças necessárias ao Presidente desta Corte de Justiça, para oportuna inscrição e pagamento das verbas devidas através de competentes precatórios.

É como voto.
Recife, 14 de *Agosto* de 2009

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator



Corte Especial

Embargos à Execução nº 126800-2
177473-4

Embargante: Estado de Pernambuco

Embargado: Tereza Neumann Moura Bezerra Sampaio e outra

Relator: Des. Ricardo Paes Barreto

VOTO DE VISTA

Pedi vista destes autos na sessão do dia 14.12.2009, após o voto do relator Des. Ricardo Paes Barreto, dando provimento aos embargos à execução, para "expurgar o excesso devidamente discriminado pelo embargante, condenando as embargadas em honorários à razão de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do excesso declarado".

O caso é o seguinte:

Trata-se de Execução de julgado proferido em Mandado de Segurança. As exequentes pretendem cobrar do Estado a quantia de R\$ 125.297,65. O Estado devedor embargou a execução alegando que: a) a petição inicial da execução é inepta, por inobservar o devido processo legal; b) o acórdão exequendo (fls. 109 do MS em apenso) é ilíquido, em face da ausência de documentos indispensáveis; c) há excesso de execução na ordem de R\$ 38.031,99.

As alegações de inépcia da inicial e de iliquidez do título foram rechaçadas pelo Colegiado.

Nesta Corte, como nos demais órgãos fracionados deste Tribunal tem-se entendido que, ao julgar embargos à execução interpostos pela Fazenda Pública se resolve a questão da sucumbência nos embargos à execução. O Desembargador Relator acolheu, parcialmente, os embargos opostos pelo Estado de Pernambuco e reduziu o valor da execução de R\$ 125.297,65, para R\$ 87.264,66; ou seja, teve-se como dívida do Estado, líquida e certa, no importe de R\$ 87.264,66 (oitenta e sete mil, duzentos e sessenta e quatro reais e sessenta e seis centavos).

Por outro lado, as Exequentes cobraram em excesso o valor de R\$ 38.031,99 (reconhecido pelo relator). Sobre esse valor, cobrado em excesso, devem arcar com o ônus da sucumbência. No ponto estou de pleno acordo com o eminente relator.

A divergência que ora manifestou é no pertinente a não condenação do Estado na quantia executada tida como líquida e certa pelo relator, no valor de R\$ 87.264,66, quantia essa que, embora embargada, a Fazenda Pública foi vencida. Esse é, pois, o valor sobre o qual a execução deve prosseguir. E, sobre esse montante o devedor deve arcar com a sucumbência.



A jurisprudência dessa Casa tem se posicionado nesse sentido, vejamos:

No 1º Grupo:

"EMBARGOS À EXECUÇÃO DE ACÓRDÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE PREPARO. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. PRELIMINAR REJEITADA. ACEITAÇÃO, PELOS EXEQÜENTES, DOS NOVOS CÁLCULOS OFERTADOS PELA FAZENDA PÚBLICA. RECONHECIMENTO DA PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. HONORÁRIOS DEVIDOS TANTO NA EXECUÇÃO QUANTO NOS EMBARGOS À EXECUÇÃO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. 1 - Na execução contra a Fazenda Pública, os embargos só poderão versar sobre as matérias elencadas no art. 741 do CPC. 2 - Se o mandado de segurança e a ação de execução tiveram seu curso sem o prévio recolhimento das custas, é de se presumir que o pedido de gratuidade da justiça foi implicitamente deferido. 3 - São devidos os honorários pela Fazenda Pública em face do processo de execução, pois a parte teve que mover ação para ver seu crédito satisfeito. 4 - São também devidos os honorários pelos embargados/exeqüentes, nos termos do art. 26 do CPC, pelo fato de terem reconhecido a procedência do pedido formulado no âmbito dos embargos à execução. 5 - Hipótese de sucumbência recíproca, impondo-se a compensação dos honorários nos termos do art. 21 do CPC, sendo que deve preponderar a verba do advogado dos exeqüentes, que são, afinal, os credores da quantia executada." (EE 147943-2, Rel. Des. Milton José Neves, julgado em 01/8/2007)

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. ACÓRDÃO MANDADO DE SEGURANÇA. O disposto no art 741 do CPC, não comporta a discussão sobre o montante das custas judiciais recolhidas em sede de embargos à execução, ainda mais, quando a ação mandamental de origem já transitou em julgado. Em sede de embargos à execução, entende-se como corretos os cálculos apresentados pela Contadoria Judicial quando retratam os valores efetivamente devidos, constatando-se, inclusive, divergências entre as fichas financeiras dos embargados e os demonstrativos da conta de execução apresentados pelos exeqüentes, resultando em excesso de execução. Decisão: À unanimidade, rejeitou-se a preliminar de extinção da execução ao argumento de falta de complementação de custas. MÉRITO: À unanimidade, deu-se provimento parcial aos embargos aplicando-se, quanto à sucumbência, a regra do art. 21, do Código de Processo Civil. Quanto à pretensão formulada pela Procuradoria, por maioria, acolheu-se a proposição suscitada pelo Des. Fernando Ferreira no sentido de remeter peças ao Conselho de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil - secção Pernambuco, enquanto o Des. Francisco Julião votava no sentido de acolher a proposição ministerial para riscar as expressões. Absteve-se de votar, nesta matéria, a Relatoria." (EE 131508-6, Rel. Des. José Fernandes, julgado em 25/7/2007)

No 2º Grupo:



"EMENTA: EMBARGOS A EXECUÇÃO EM SEDE DE EXECUÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. MÉRITO. EXCESSO DE EXECUÇÃO. DIVERGÊNCIA ENTRE OS CÁLCULOS APRESENTADOS PELOS EMBARGADOS E OS DO EMBARGANTE. ENVIO DOS AUTOS PARA A CONTADORIA JUDICIAL. CONCORDÂNCIA DOS EMBARGADOS COM OS CÁLCULOS DO CONTADOR. PROVIMENTO PARCIAL EM FACE DE COMPROVADO EXCESSO DE EXECUÇÃO. DECISÃO UNÂNIME.

1. A verificação do quantum a ser pago na execução, observa, no caso dos autos, o art. 475-B, do Capítulo IX da Liquidação de Sentença, do CPC, podendo o magistrado utilizar-se do contador judiciário (§3º, art. 475-B, CPC), e, em caso de divergência entre as partes, havendo excesso de execução, deve levar em consideração como base para a penhora o valor achado pelo Contador (§4º, art. 475-B, CPC);

2. Embora os cálculos do Contador tenham demonstrado excesso de execução do valor cobrado pelos impetrantes, destaco que os mesmos, ora credores, concordaram com os cálculos do Contador, e que o Estado embargante, de outra banda, não concordou e se insurgiu contra os cálculos da Contadoria sob o mesmo argumento utilizado para embargar os cálculos dos impetrantes/exeqüentes, qual seja, o da incidência das gratificações sobre as diferenças de soldo a serem pagas.

3. Ora, não há como acolher a tese do Estado embargante em virtude de que o acórdão executado reconheceu aos Impetrantes o direito de receber seus soldos e as diferenças entre o valor devido e o efetivamente pago, desde a propositura da ação mandamental, com base no VBR fixado pela Lei Estadual nº 11.216/95, incluindo a percepção do abono para os cabos e soldados.

4. Entendo pelo provimento parcial dos presentes embargos à execução em face do excesso de execução apontado pela Contadoria, devendo o quantum exequendo ser fixado nos moldes estabelecidos pelo Contador Judiciário na planilha de fls. 89 dos autos, sendo o valor líquido de R\$ 33.709,68 (trinta e três mil setecentos e nove reais e sessenta e oito centavos), corrigido com base na tabela da ENCOGE do mês de Junho/2006.

5. Condene ainda os embargados e embargantes nos termos do art. 21, do CPC, em face da verificada sucumbência recíproca.

6. Embargos à execução parcialmente providos. Decisão Unânime." (EE 143025-3, Rel. Des. Francisco Manoel Tenório dos Santos, julgado em 21/10/2009)

"EMENTA: EMBARGOS À EXECUÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO À PERCEPÇÃO DA HORA-AULA CORRESPONDENTE A 4% DO SOLDADO DO POSTO DE CORONEL DA POLÍCIA MILITAR. APLICAÇÃO DO ART. 2º DO DECRETO Nº 14.820/91. INEXISTÊNCIA DE LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. CONDENAÇÃO DA FAZENDA EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INAPLICABILIDADE DAS SÚMULAS 512/STF E 105/STJ. HOMOLOGAÇÃO DOS CÁLCULOS DA CONTADORIA JUDICIAL. IMPROCEDÊNCIA DOS EMBARGOS. - A desvinculação dos vencimentos com o soldo de coronel através da Lei Complementar nº 31/2001 do Estado de Pernambuco não atinge instrutores que ingressaram nos quadros do Colégio da Polícia Militar antes da entrada em vigor da mesma, sendo o valor da hora-aula a ser considerado para efeitos de execução aquele do art. 2º, caput, do Decreto nº 14.820/91 - 4% do soldo do Coronel da Polícia Militar. - Cabimento de honorários sucumbenciais em embargos à execução em



mandado de segurança, pois se cuida de ação autônoma que objetiva a desconstituição do título executivo. Inaplicabilidade das Súmulas 512/STF e 105/STJ. Precedentes do Col. STJ. Fixação em 10% sobre o valor exequendo em favor dos Embargados, nos termos do art. 20, §§3º e 4º, do CPC. - Homologação do crédito exequendo, nos termos da memória de cálculos apresentada pela Contadoria Judicial. Improcedência dos embargos." (EE 167528-1, Rel. Des. Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes, julgado em 8/7/2009)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE ACORDÃO MANDAMENTAL. FAZENDA PÚBLICA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTIVA. INOCORRÊNCIA. EMBARGOS IMPROCEDENTES. DECISÃO UNÂNIME. 1. Definida a pretensão de conhecimento em benefício da embargada, de seu trânsito em julgado exsurge o seu direito subjetivo a uma nova pretensão, a executiva, fluindo por completo o prazo quinquenal do art. 1º, do Decreto nº 20.910/32, pelo que não se reconhece caracterizada a prescrição na forma posta na exordial. 2. Petição inicial executiva devidamente instruída com memorial descritivo do cálculo executado, indicação da incidência de correção monetária pela tabela unificada do Poder Judiciário, mês a mês, e juros de mora em percentual mínimo, bem como os demais encargos não infirmados oportunamente. 3. Embargos à execução julgados improcedentes, prosseguindo-se a execução em seus ulteriores termos, condenado o embargante em novos honorários advocatícios à razão de 10% (dez por cento) do valor atribuído à causa dos embargos, para a execução e os embargos, com acréscimos de correção monetária desde a data do ajuizamento destes últimos, não se considerando vulnerados os arts. 3º, do Decreto-Lei nº 4.795/42; 1º, 8º e 9º, do Decreto nº 20.910/32 e a Súmula nº 383/STF. 4. Decisão unânime. (EE 179106-6, Rel. do acórdão Des. Eloy D'Almeida Lins, julgado em 21/1/2009)

"DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS À EXECUÇÃO CONTRA A EXECUÇÃO FUNDADA NO TÍTULO JUDICIAL PROFERIDO EM SEDE DE MANDADO DE SEGURANÇA POR MEIO DO QUAL FOI DECLARADA A NULIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR QUE IMPÔS PENA DE DEMISSÃO COM DETERMINAÇÃO DE REINTEGRAÇÃO AO QUADRO DA CARREIRA DE POLICIAL MILITAR - PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE TÍTULO JUDICIAL COM PROVIMENTO CONDENATÓRIO REFERENTE AOS VENCIMENTOS ATRASADOS DEVIDOS DESDE A IMPETRAÇÃO DO MANDAMUS - REJEITADA - PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL - REJEITADA - PRELIMINAR DE CONFIGURAÇÃO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTIVA - REJEITADA - MÉRITO - EMBARGOS PROCEDENTES APENAS PELO FUNDAMENTO DO EXCESSO DE EXECUÇÃO - SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA - DECISÃO POR MAIORIA DE VOTOS. Preliminar de ausência de título judicial com provimento condenatório referente aos vencimentos atrasados devidos desde a impetração do mandamus suscitada pelo embargante - o acórdão executado tornou nulo o ato demissionário, com a reassunção de suas funções no mesmo cargo, como recebimento de seus vencimentos, desde a impetração do mandado de segurança. Rejeitada. Preliminar de Inépcia da inicial suscitada pelo embargante - observa-se que a



embargante por meio de sua impugnação às fls. 26/27 emendou a inicial, apontando o valor da causa. Rejeitada. Preliminar de configuração da prescrição da pretensão executiva - a ação executiva foi proposta em 16/09/2002, portanto, dentro do prazo quinquenal a contar do trânsito em julgado da decisão concessiva da segurança pleiteada nos autos da ação mandamental que se deu em 29/09/1988. Por sua vez, o despacho ordenatório da citação só foi proferido em 11/11/2005. Rejeitada. Mérito - legitimidade da pretensão de afastar do débito exequendo os vencimentos anteriores à data de março/1998, pelo que deve ser feita a exclusão das parcelas indevidamente acrescidas. Embargos procedentes, apenas pelo fundamento do excesso de execução. Decisão por maioria de votos. Decisão: POR MAIORIA DE VOTOS, FORAM JULGADOS PROCEDENTES OS EMBARGOS À EXECUÇÃO, APENAS PELO FUNDAMENTO DO EXCESSO DE EXECUÇÃO, SENDO QUE O DES. RICARDO PAES BARRETO JULGOU PROCEDENTE OS EMBARGOS PELO FUNDAMENTO DA NULIDADE DO TÍTULO, APLICANDO-SE AO FINAL A SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA PELO ART. 21 C.P.C." (EE 133182-0, Rel. Des. Antônio Fernando de Araújo Martins, julgado em 16/5/2007)

O Tribunal do Rio do Grande do Sul, também:

"EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. FIXAÇÃO LIMINAR DE HONORÁRIOS NA EXECUÇÃO, PARA A HIPÓTESE DE OFERECIMENTO DE EMBARGOS. DESCABIMENTO. MATÉRIA A SER APRECIADA NO PRÓPRIO INCIDENTE DE EMBARGOS, EM ATENÇÃO AO QUE ALI VIER A SER ALEGADO E AFINAL ACOLHIDO. PROVIMENTO DO AGRAVO. Não se afina aos princípios processuais da economia processual e o da efetividade a fixação, quando do recebimento da inicial executiva em face da Fazenda Pública, de honorários advocatícios para a eventual hipótese de que sejam ofertados embargos. Tratando-se de execução cujo valor é superior a 40 salários mínimos, não sendo devidos honorários advocatícios na própria execução (ut art. 1º-D da Lei nº 9.494/97, segundo exegese do Supremo Tribunal Federal), salvo interposição de embargos, é neste incidente que, sopesadas as circunstâncias moduladoras do art. 20 do CPC e considerando o eventual decaimento de cada parte, que o magistrado, em valoração equitativa, fixará o montante devido a título de honorários advocatícios pelo vencido nos embargos. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA." (Agravado de Instrumento Nº 70033208455, Terceira Câmara Especial Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Eduardo Uhlein, Julgado em 17/11/2009)

O STJ já pacificou a questão, inclusive tendo sumulado:

"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. AÇÃO AUTÔNOMA. PRINCÍPIO DA SUCUMBÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. PRECEDENTES. REVISÃO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DESTA CORTE. AGRAVO



REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. Os embargos à execução constituem verdadeira ação autônoma de conhecimento que objetiva a desconstituição do título executivo, sendo certo que, ainda que opostos em sede de execução derivada de ação mandamental, submete-se à regra geral insculpida no art. 20 do Código de Processo Civil, pelo que é devida a condenação nos honorários advocatícios. Precedentes. 2. O critério de fixação dos honorários advocatícios enseja reexame de matéria de fato, o que é vedado nesta Instância Superior, atraindo, dessa forma, a incidência da Súmula nº 07/STJ. 3. Agravo regimental desprovido." (AgRg no Ag 1119539/PI, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 16/06/2009, DJe 03/08/2009)

"PROCESSUAL CIVIL – EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA – EXECUÇÃO EMBARGADA – CUMULAÇÃO DE HONORÁRIOS – POSSIBILIDADE – PRECEDENTES. 1. A ausência de condenação da Fazenda Pública em honorários somente ocorre no caso de não-interposição de embargos à execução, nos termos do art. 1º-D, da Lei n. 9494/97. 2. A jurisprudência pacífica desta Corte Superior firmou o entendimento de que é possível a cumulação de honorários advocatícios na execução e nos embargos do devedor, observado o limite percentual de 20% (art. 20, § 3º, do CPC) na soma das duas verbas. 3. Precedentes: AgRg no REsp 960.281/RS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 28.4.2009, DJe 15.5.2009; REsp 786.979/RN, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, julgado em 18.12.2008, DJe 4.2.2009; AgRg no Ag 772.225/RS, Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, Julgado em 12.2.2008, DJe 3.3.2008. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 1121919/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/11/2009, DJe 13/11/2009)

"São devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções individuais de sentença proferida em ações coletivas, ainda que não embargadas." (Súmula 345, CORTE ESPECIAL, julgado em 07/11/2007, DJ 28/11/2007 p. 225)

Ante o exposto, voto no sentido de acolher parcialmente os embargos para reconhecer o excesso de execução, no valor de **R\$ 38.031,99**, e condenar os exequentes nas custas processuais e honorários advocatícios de 10% sobre o respectivo valor.

Por outro lado, como restou líquido o valor executado de **R\$ 87.264,66** (oitenta e sete mil, duzentos e sessenta e quatro reais e sessenta e seis centavos), fixo os honorários advocatícios de 10% sobre esse valor, em favor dos patronos das exequentes.

É como voto.


Jovaldo Nunes Gomes
Desembargador

Corte Especial

Embargos à Execução nº 126800-2

Embargante: Estado de Pernambuco

Embargados: Tereza Neumann Moura Bezerra Sampaio e outra

Relator: Des. Ricardo Paes Barreto

Voto de Vista

Des. José Fernandes de Lemos

Cuida-se de Execução de julgado proferido em sede de Mandado de Segurança. As exequentes cobram do Estado de Pernambuco o valor de R\$ 125.297,65. O Estado devedor embargou a execução sustentando o seguinte: a) a petição inicial da execução é inepta, por atender ao o devido processo legal; b) o acórdão exequendo (fls. 109 do MS em apenso) é ilíquido, em face da ausência de documentos indispensáveis; c) há excesso de execução na ordem de R\$ 38.031,99.

As alegações de inépcia da inicial e de iliquidez do título foram rechaçadas por esta Corte.

O voto do relator Des. Ricardo Paes Barreto, foi no sentido de dar provimento aos embargos à execução, para "expurgar o excesso devidamente discriminado pelo embargante, condenando as embargadas em honorários à razão de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do excesso declarado".

Entretanto, como não foram aceitos todos os pedidos formulados pelo embargante, entende-se que os embargos foram acolhidos parcialmente e, assim, ficou reduzido o valor da execução de R\$ 125.297,65, para R\$ 87.264,66; reconhecendo-se como certa a dívida do Estado no valor de R\$ 87.264,66 (oitenta e sete mil, duzentos e sessenta e quatro reais e sessenta e seis centavos).

Amparado em vasta jurisprudência desta Corte e do STJ, o Des. Jovaldo Nunes proferiu voto de vista, adotando o entendimento de que a questão da sucumbência se resolve nos embargos à execução interpostos pela Fazenda Pública e, assim, votou no sentido de acolher parcialmente os embargos para reconhecer o excesso de execução, no valor de R\$ 38.031,99, e condenar as exequentes nas custas processuais e honorários advocatícios de 10% sobre o respectivo valor e de fixar sobre a

parte líquida (R\$ 87.264,66) honorários advocatícios de 10% em favor dos patronos das exequêntes.

Dentro desse contexto, entendo ser perfeitamente possível fixação dos honorários em sede dos embargos à execução opostos pela Fazenda Pública.

Confira-se a posição do STJ:

"A ausência de condenação da Fazenda Pública em honorários somente ocorre no caso de não-interposição de embargos à execução, nos termos do art. 1º-D, da Lei n. 9494/97. 2. A jurisprudência pacífica desta Corte Superior firmou o entendimento de que é possível a cumulação de honorários advocatícios na execução e nos embargos do devedor, observado o limite percentual de 20% (art. 20, § 3º, do CPC) na soma das duas verbas. (...)": AgRg no REsp 960.281/RS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 28.4.2009, DJe 15.5.2009; Resp 786.979/RN, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, julgado em 18.12.2008, DJe 4.2.2009; AgRg no Ag 772.225/RS, Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, julgado em 12.2.2008, DJe 3.3.2008. Agravo regimental Improvido. (AgRg no REsp 1121919/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/11/2009, DJe 13/11/2009).

Por oportuno, trago a colação acórdão da minha relatoria versando sobre a mesma matéria:

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS Á EXECUÇÃO. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. ACÓRDÃO MANDADO DE SEGURANÇA. O disposto no art 741 do CPC, não comporta a discussão sobre o montante das custas judiciais recolhidas em sede de embargos à execução, ainda mais, quando a ação mandamental de origem já transitou em julgado. Em sede de embargos à execução, entende-se como corretos os cálculos apresentados pela Contadoria Judicial quando retratam os valores efetivamente devidos,

constatando-se, inclusive, divergências entre as fichas financeiras dos embargados e os demonstrativos da conta de execução apresentados pelos exequêntes, resultando em excesso de execução. Decisão: À unanimidade, rejeitou-se a preliminar de extinção da execução ao argumento de falta de complementação de custas. MÉRITO: À unanimidade, deu-se provimento parcial aos embargos aplicando-se, quanto à sucumbência, a regra do art. 21, do Código de Processo Civil. Quanto à pretensão formulada pela Procuradoria, por maioria, acolheu-se a proposição suscitada pelo Des. Fernando Ferrelira no sentido de remeter peças ao Conselho de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil - seção Pernambuco, enquanto o Des. Francisco Julião votava no sentido de acolher a proposição ministerial para riscar as expressões. Absteve-se de votar, nesta matéria, a Relatoria." (EE 131508-6, Rel. Des. José Fernandes, julgado em 25/7/2007).

Portanto, como se trata acolhimento parcial dos embargos à execução opostos pelo Estado de Pernambuco e não houve fixação anterior da verba honorária em favor das exequentes, não se aplica ao caso a simples redução de tal verba em adequação ao valor real da dívida.

Dessa forma, acompanho o voto de vista do eminente Des. Jovaldo Nunes no sentido de acolher parcialmente os embargos para reconhecer o excesso de execução, no valor de R\$ 38.031,99, e condenar as exequêntes nas custas processuais e honorários advocatícios de 10% sobre o respectivo valor e, ainda, sobre o valor líquido de R\$ 87.264,66 (oitenta e sete mil, duzentos e sessenta e quatro reais e sessenta e seis centavos), fixar os honorários advocatícios de 10% sobre este último valor, em favor dos patronos das exequentes.

É Como voto

Des. José Fernandes de Lemos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

CORTE ESPECIAL 21.12.2009
EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA Nº 126800-2 RECIFE
AUTOR – TEREZA NEUMANN MOURA BEZERRA SAMPAIO E OUTRO
RÉU – EXMO. SR. DR. SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE
PERNAMBUCO
RELATOR – DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

FEITO ADIADO A REQUERIMENTO DO DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES
EM SESSÃO DE 14.12.2009.

VOTO VISTA ÀS FLS 64/69 DOS PRESENTES AUTOS.

DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO

Senhor Presidente, eu tinha me posicionado inicialmente na fase de debates, acolhendo a tese do Des. Jovaldo, mas eu observo que, se não tivesse havido excesso, a Fazenda não iria embargar.

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Só pagava honorários pela execução.

DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO

Mas se não houvesse embargos?

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Só iria pagar honorários pela execução pura e simplesmente.

DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO

Sim. Muito bem. A Fazenda opôs embargos tendo por objeto único e exclusivamente o excesso.

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Não, desembargador, Vossa Excelência não leu aqui, não. Eu li três hipóteses.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO

Pelo menos foi a informação do Des. Relator.

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Primeiro – petição inicial inepta. B – acórdão exequendo é ilíquido em face da ausência de documentos indispensáveis e excesso de execução. Três hipóteses.

DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO

Bom, a informação que foi relatada pelo Des. Ricardo Paes Barreto foi no sentido de que a execução teve por objeto apenas o excesso e a Fazenda logrou êxito. Os embargos foram considerados procedentes.

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Eu estou afirmando a Vossa Excelência que não só foi o excesso. Eu estou afirmando com toda a segurança. Repito, o Estado embargante arguiu petição inicial inepta por não observar o devido processo legal. b) acórdão exequendo é ilíquido em face da ausência de documentos indispensáveis e, terceiro, excesso de execução.

DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO

Tudo bem. Então, eu aguardo pronunciamento do Des. Relator.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO (RELATOR)

Senhor presidente, eu posso falar?

DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO (PRESIDENTE)

Pois não!

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO (RELATOR)

Na verdade, os pedidos foram feitos em ordem eventual; na medida em que ele não obteve sucesso no mais amplo, vai se passando até o menos amplo, mas, na



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

verdade, um dos pedidos, nessa ordem eventual, é a declaração do excesso, que foi declarado. Então, eu continuo com o meu entendimento de que na execução contra a Fazenda Pública não há honorários advocatícios, exceto se os embargos forem rejeitados, aí sim, se fixam honorários nos embargos à execução.

Sei que anteriormente - o Des. Jovaldo disse: mas Vossa Excelência participou de um julgamento anterior (interrompido)

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

No 2º Grupo julgou e a decisão foi unânime, mas Vossa Excelência já (interrompido)

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO (RELATOR)

Mas isso foi há muito tempo. Eu como lido com a Fazenda Pública alterei o meu posicionamento e hoje as reiteradas jurisprudências do STJ é no sentido de que não cabem os honorários advocatícios na execução contra a Fazenda Pública, exceto quando é relativo a pequeno valor no RPV ou a depender do julgamento dos embargos.

Então, eu continuo, mantenho o meu voto em fixar os honorários tão-somente para a Fazenda Pública de 10% sobre o montante da diferença declarada.

DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO (PRESIDENTE)

Condenando o embargado. Vossa Excelência, desembargador Ricardo, não só não determina que a Fazenda pague honorários, mas como condena o embargado a pagar da diferença.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO (RELATOR)

Exatamente assim, presidente.

DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO (PRESIDENTE)

Bom. Então, o voto do Relator que está sendo mantido é no sentido de julgar procedente...(interrompido)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

DR. HENRIQUE LUIZ DE LUCENA MOURA (PROCURADOR DO ESTADO)

Senhor Presidente!

DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO (PRESIDENTE)

Pois não! Se for matéria de fato.

DR. HENRIQUE LUIZ DE LUCENA MOURA (PROCURADOR DO ESTADO)

Só para esclarecimento de fato. Isso que o Des. Relator falou, a Fazenda isenta de honorários advocatícios nos termos do art. 20 do CPC, execução não embargada (interrompido)

DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO (PRESIDENTE)

Procurador, eu peço licença a Vossa Excelência, mas é matéria de direito, não é de fato.

O voto do Des. Relator que está sendo mantido é no sentido de julgar procedente os embargos, reconhecendo o excesso e condenando o embargado de 10% sobre essa diferença encontrada, enquanto que o voto vista do Des. Jovaldo Nunes é no sentido de julgar procedente os embargos, mas condenar o Estado a pagar honorários sobre a diferença (interrompido)

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Os honorários da execução, propriamente dita.

DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO (PRESIDENTE)

Da execução. Daquilo que ele pediu menos o excesso encontrado.

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Eu iria mais além. Se os embargos fossem julgados improcedentes, eu condenaria o Estado em honorários da execução e honorários dos embargos. Mas como o Estado obteve êxito nos embargos, eu não estou condenando o Estado em honorários nos embargos. Eu estou fixando os honorários da execução (interrompido)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO (PRESIDENTE)

Do valor total da execução?

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Não. Do valor que foi liquidado porque não é justo que o Estado no 1º grau, que era mandado de segurança, não pague honorários e nem na execução. Então, a dívida seria inscrita sem o Estado pagar honorários nem no processo de conhecimento e nem no processo de execução.

DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO (PRESIDENTE)

É. Eu participei da discussão, embora não vou votar hoje, eu estava na bancada na sessão anterior, mas o argumento que eu até usei no momento é de que é incoerente se julgar procedente uma ação e condenar o vencedor em honorários.

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Não. Mas não estou condenando nos embargos, não. Estou fixando na execução que o que a Corte tem feito aqui, quer dizer, o 1º e 2º Grupos de Câmaras (interrompido)

DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO (PRESIDENTE)

É porque a execução é obrigatória. Como diz o Des. Relator só é dispensado o precatório nas RPV's. Não sendo RPV, não sendo de pequeno valor, que independe de precatório, o Estado só pode pagar por precatório – que só pode ser emitido na execução. É obrigatório. Você não pode ser penalizado porque você tem a obrigação de entrar com a execução para poder receber e o Estado de embargar se considerar o excesso.

Bom, eu não vou votar agora porque o número é impar, eu quis apenas manifestar qual foi a minha posição anteriormente.

Então, colho votos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR JOSÉ IVO GUIMARÃES

Senhor Presidente, a questão se prende na diferença entre o valor executado e o valor achado nos Embargos.

A jurisprudência, como bem frisou o Desembargador Ricardo, no caso de execução contra a Fazenda, os honorários advocatícios correspondem aos honorários da própria execução, uma vez que a própria Fazenda, os Embargos apresentados foram favoráveis à mesma.

Em decorrência disso, eu peço vênias ao Desembargador Jovaldo e acompanho, portanto, o voto do Desembargador Ricardo Paes Barreto.

DESEMBARGADOR ANTÔNIO DE MELO E LIMA

Eu também, pedindo vênias ao Desembargador Jovaldo, eu acompanho o Relator.

DESEMBARGADOR GUSTAVO LIMA

Eu peço vênias à divergência e acompanho o eminente Relator.

DESEMBARGADOR ADALBERTO MELO

Com o Relator, Excelência.

DESEMBARGADORA ALDERITA RAMOS

Com o Relator.

DESEMBARGADOR SÍLVIO BELTRÃO

Com o Relator.

DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO

Eu também, senhor Presidente, acompanho o relator, porque o artigo 1º da Lei 9494/97 é claro - "Nas execuções não embargadas, não incidem honorários advocatícios" - e nos Embargos a Fazenda foi vencedora, razão pela qual também não deve pagar os honorários advocatícios, porque, como enfatizado, ela logrou êxito nos Embargos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Acompanho, portanto, o Relator.

DESEMBARGADOR MILTON NEVES

Presidente, eu peço vênia ao eminente relator, mas, para guardar coerência, e inclusive por continuar entendendo dessa forma, eu me posiciono nas mesmas razões expostas pelo desembargador Jovaldo Nunes, pela procedência parcial.

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

No meu voto, eu acho que não fui, e peço perdão por isso, não me fiz entender. Eu não estou fixando honorários a serem pagos pelo Estado em razão do julgamento dos Embargos. Eu estou fixando honorários na execução e estou votando, como votou o desembargador Ricardo Paes Barreto, condenando o exequente na verba honorária em razão do excesso nos Embargos. Então, ele cobrou excesso, vai arcar com honorários pelo excesso.

Agora, aquilo que não foi excesso, que é objeto da execução embargada, melhor dizendo, o exequente cobrou cento e vinte e sete mil e o desembargador Ricardo – e aí eu concordo plenamente – reconheceu somente como devidos oitenta e sete mil. Esse é o valor da execução.

Eu estou fixando honorários – repito, desembargador Leopoldo, parece que eu não me fiz entender e peço mais uma vez desculpas por isso. Não estou fixando honorários porque o Estado ganhou ou deixou de ganhar os Embargos à Execução. Até aí eu concordo com o desembargador Ricardo Paes Barreto.

Quem está pagando a verba sucumbencial nos Embargos são os exequentes. Eu estou fixando honorário na parte líquida executada, reconhecida pelo próprio desembargador Ricardo Paes Barreto.

DESEMBARGADOR MILTON NEVES

Fundamentado justamente no posicionamento alegado pelo desembargador Jovaldo Nunes, eu instauro, desse jeito, a dissidência e, em consequência, eu voto no mesmo sentido.

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES

Peço vista.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

DECISÃO:

"ADIADO O JULGAMENTO, EM FACE DO PEDIDO DE VISTA DO DES. JOSÉ FERNANDES, APÓS O VOTO DO RELATOR JULGANDO PROCEDENTES OS EMBARGOS À EXECUÇÃO E FIXANDO OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SOBRE A DIFERENÇA, EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA, NO QUE FOI ACOMPANHADO PELOS DESEMBARGADORES JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES, ANTÔNIO DE MELO LIMA, GUSTAVO LIMA, ADALBERTO MELO, ALDERITA RAMOS, SÍLVIO BELTRÃO E LEOPOLDO RAPOSO, ENQUANTO O DES. JOVALDO NUNES JULGOU PROCEDENTES OS EMBARGOS À EXECUÇÃO, FIXANDO OS HONORÁRIOS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA, PELA DIFERENÇA ENCONTRADA, MAS TAMBÉM CONDENANDO A FAZENDA PÚBLICA EM HONORÁRIOS SOBRE O VALOR DA EXECUÇÃO, NO PERCENTUAL DE 10%, SENDO ACOMPANHADO PELO DES. MILTON NEVES. AUSENTES, JUSTIFICADAMENTE, OS DESEMBARGADORES FREDERICO NEVES, FERNANDO FERREIRA E JONES FIGUEIRÊDO"



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

CORTE ESPECIAL – 14.12.2009.

EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA Nº 126800-2 RECIFE.

AUTOR – TEREZA NEUMANN MOURA BEZERRA SAMPAIO E OUTRO

RÉU – EXMO. SR. DR. SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR – DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

RELATÓRIO À FL 54 DOS PRESENTES AUTOS.

1ª - PRELIMINAR DE INÉPCIA DO PEDIDO DE EXECUÇÃO À FL. 57 DOS PRESENTES AUTOS.

DESEMBARGADOR JONES FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE)

Em discussão.

Todos de acordo?

OS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DESEMBARGADORES JOSÉ IVO GUIMARÃES, GUSTAVO LIMA, ANTÔNIO DE MELO E LIMA, RICARDO PAES BARRETO, SÍLVIO BELTRÃO, ALDERITA RAMOS, MILTON NEVES, LEOPOLDO RAPOSO, BARTOLOMEU BUENO, JOVALDO NUNES, JOSÉ FERNANDES VOTARAM DE ACORDO COM O RELATOR, REJEITANDO A PRELIMINAR DE INÉPCIA DO PEDIDO DE EXECUÇÃO.

2ª - PRELIMINAR DE FALTA DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS À PROPOSITURA DA AÇÃO À FL. 58 DOS PRESENTES AUTOS.

DESEMBARGADOR JONES FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE)

O eminente Relator também rejeita a preliminar de falta de documentos essenciais à propositura da ação.

Está em discussão.

Alguma divergência, todos de acordo?

OS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DESEMBARGADORES JOSÉ IVO GUIMARÃES, GUSTAVO LIMA, ANTÔNIO DE MELO E LIMA, RICARDO PAES



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

BARRETO, SÍLVIO BELTRÃO, ALDERITA RAMOS, MILTON NEVES, LEOPOLDO RAPOSO, BARTOLOMEU BUENO, JOVALDO NUNES, JOSÉ FERNANDES VOTARAM DE ACORDO COM O RELATOR, REJEITANDO A PRELIMINAR DE FALTA DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS À PROPOSITURA DA AÇÃO.

VOTO DE MÉRITO À FL.59 DOS PRESENTES AUTOS.

DESEMBARGADOR JONES FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE)

O eminente Relator julga procedentes os Embargos à Execução no que diz respeito ao excesso de execução apresentado com a sucumbência.

Esta em discussão.

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Presidente, indagaria do eminente Relator, se ele não condena o Estado, na verba sucumbencial relativa àquele valor efetivamente devido?

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO (RELATOR)

A remansosa jurisprudência do STJ, eminente Desembargador Jovaldo, é no sentido de que, quando procedentes os embargos, a verba honorária deve incidir sobre o excesso eventualmente declarado. Só fiz isso, o mais vai para a execução.

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Estou indagando, porque a Corte aqui tem deliberado em outras situações iguais ou semelhantes, de que na parte efetivamente devida, se condena porque a fase é esta do julgamento dos Embargos.

Então, se o Estado deve cem, mas foi cobrado cento e vinte, o Estádio deve arcar com honorários sobre os cem do valor devido e, claro, quem cobrou o excesso também deve ser penalizado.

A Corte tem deliberado neste sentido de fixar, até porque a fase é esta em que está se julgando um processo de execução de um julgado. É apenas este lembrete, porque realmente nós temos decidido, inclusive do processo, do qual já fui relator em outros mais, também devem ter decidido neste sentido. Então, se



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

fixam honorários da parte devida e também em face do art. 20, a sucumbência recíproca, me também penalizar aquele que cobrou em excesso.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO (RELATOR)

Não vejo como condenar quem venceu. Esta é a minha inquietação, porque o Estado venceu, a tese dele foi vencedora. Ele não tem direito de receber honorários sobre aquilo que ele efetivamente deve.

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Ele deve e não pagou, tanto que entrou com a execução.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO (RELATOR)

Não, mas o Estado não tem como pagar. O Estado só pode pagar por precatórios. É impossível ele pagar.

DESEMBARGADOR JONES FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE)

A indagação que o Desembargador Jovaldo faz é, se a execução, ela se processa perante o Relator, no caso do cumprimento da segurança, para efeito de precatório. Se houve arbitramento na execução.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO (RELATOR)

É Mandado de Segurança, também não há honorários advocatícios. A execução é de Mandado de Segurança.

DESEMBARGADOR JONES FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE)

Não, mas arbitramento. Ah! Sim! entendi.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO (RELATOR)

Entendeu?



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

215

DESEMBARGADOR JONES FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE)

Entendi.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO (RELATOR)

Este caso aqui é diferenciado.

DESEMBARGADOR JONES FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE)

Desembargador Jovaldo Nunes.

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Como?

DESEMBARGADOR JONES FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE)

O Desembargador Ricardo está apontando.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO (RELATOR)

A execução de Mandado de Segurança.

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Eu sei desembargador, em Mandado de Segurança mesmo. O Estado, repito, vamos supor, devia 120 e a parte entrou com a execução. Se o Estado tivesse pago aquilo que ele se julgava devedor, não haveria a execução, mas houve a execução. Acho que o Estado tem que ser penalizado na verba sucumbencial por aquilo que deve e o exequente também tem que ser penalizado porque cobrou a mais.

DESEMBARGADOR JONES FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE)

Não é a verba honorária da ação mandamental.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Não, não, absolutamente.

DESEMBARGADOR JONES FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE)

É da segurança, é a verba honorária da execução das parcelas que são devidas a partir da impetração que não satisfeitas a tempo e modo pelo Estado.

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Exatamente, porque se estivesse satisfeita não haveria execução.

DESEMBARGADOR JONES FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE)

Aí, por isso que eu digo, a indagação é (interrompido)

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO (RELATOR)

Mas a questão é essa: o Estado não pode pagar senão por precatório. É diferente do particular. O particular ou é provocado ou ele paga ou há uma execução forçada. O Estado só paga por precatório. Como é que ele pode ser onerado na verba de sucumbência se ele não tem como pagar voluntariamente. Ele não pode pagar voluntariamente, ele tem que ser provocado, dar o direito de embargar e depois escreve no precatório. Como é que eu vou condenar o Estado, na minha visão, se ele venceu, a execução é compulsória; ele embargou, venceu, vai ser reduzido.

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Em parte.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO (RELATOR)

É nos embargos.

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Ele venceu em parte.



217

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO (RELATOR)

Ele venceu no todo.

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Só no excesso?

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO (RELATOR)

Não, a tese dele era do excesso, ele venceu no todo.

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

E aquilo que ele deve, vai pagar quando.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO (RELATOR)

Vai pagar, agora sem honorários.

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Sem honorários.

DESEMBARGADOR SÍLVIO BELTRÃO

Acho que quem tem que pagar honorários é o vencido sob essa diferença entre o valor cobrado e o valor definido.

DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO

Na verdade, penso que o des. Relator tem razão – como se vai condenar o vencedor em honorários, a tese dele era o excesso. Está provado o excesso, vai pagar honorários.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Estou apenas fazendo referencia a decisões outras em casos semelhantes desta Corte em que a mesma tomou posição diferente.

DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO

De fato ele deve ter apresentado um a planilha equivocada, é tanto que houve o embargo, a tese é de que excesso. Se ele também tivesse apresentado a planilha correta.

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Vossa excelência pode informar quanto foi o valor da execução de acordo com a planilha apresentada e quanto foi o excesso?

DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO

E se não houvesse excesso, se a quantia tivesse sendo executada no seu valor correto.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO (RELATOR)

Teria honorários somente nos embargos.

DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO

Quer houvesse embargos, quer não, o Estado seria condenado em honorários, mas o Estado logrou diminuir o valor correto. Acho que deve o Estado ser condenado pela quantia devida menos o excesso que logrou deduzir da execução.

DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO

O princípio da condenação em honorários, é o princípio da sucumbência. Não sei como se pode justificar o pagamento de honorários sem sucumbência.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Mas acho que ele sucumbiu, em parte, porque o julgamento foi acolhendo em parte os embargos.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO (RELATOR)

Ele fez pedidos alternativos: um ou outro.

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Sim, quanto foi o valor executado.

DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO

Imagine a seguinte situação: a quantia legítima seria R\$ 50.000,00, por exemplo, e a execução estava sendo cobrada no valor R\$ 50.001,00. o Estado embargou buscando deduzir o excesso, R\$ 1,00 e ganhou.

DESEMBARGADOR SÍLVIO BELTRÃO

Desembargador Leopoldo, aí o exequente é tem que pagar a verba honorária sob um real (R\$ 1,00), que foi o excesso.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO (RELATOR)

O valor executado, Des. Jovaldo, foi de R\$ 125.000,00, e o valor, dito devido pelo Estado, é de R\$ 87.000,00 e o excesso é de R\$ 38.000,00.

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Tem que ser penalizado pelos R\$ 38.000,00. E dos R\$ 87.000,00 o Estado não vai pagar nada?

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO (RELATOR)

Não, porque ele não tem como pagar a não ser por precatória.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Sim, desembargador, com precatória ele tem que pagar; agora, ele tem que pagar inclusive os honorários através de precatório daquele valor.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO (RELATOR)

Essa é uma questão muito discutida. O Estado, que só pode pagar por via de precatório, pode ser condenado a pagar honorários nessa execução, porque a execução é pela resistência injustificada que dá causa. O princípio que rege a sucumbência é o da causalidade e o Estado não está dando causa a execução, porque o regime é legal.

Então, ele só tem que pagar honorários se ele resistir injustificadamente nos embargos, mas, digamos, que o Estado seja citado e não embarque. Qual é o próximo passo? Escrever o precatório.

A tese de V.Exa. é que teriam honorários.

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Eu entendo que sim.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO (RELATOR)

Eu entendo que não.

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Aliás, eu não, a Corte aqui já entendeu num voto, salvo engano, do Des. Fernando Eduardo. Aliás, um só não, eu inclusive já trouxe execução aqui daí porque se essa coisa evoluir vou pedir vista, pois vou invocar os precedentes da Corte.

DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO

Desembargador Jovaldo, eu estou vendo aqui um acórdão do STJ que dá para se tirar uma ilação da correção do voto do relator. Diz no item 3 desse acórdão:

"Sendo os embargos a execução ação autônoma, mostra-se infundada a pretensão do recorrente de que seja excluído o valor arbitrado a título de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

honorários advocatícios calcado na alegação de que o excesso, se houve, não foi causado pelo exeqüente e sim por erro de cálculos apresentado pela contadoria do julzo".

O que é que ocorreu aqui? O exeqüente foi condenado a pagar honorários sobre a diferença que foi encontrada. Ele é que foi condenado, isso é uma decisão do STJ, porque a tese dos embargos é exatamente o excesso, configurado excesso, ainda que de um real a sucumbência foi do embargado/exequente. Essa pelo menos foi à posição que encontrei no acórdão do REsp 904777-RS -5ª Turma, 25.09.08. Bem recente.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO (RELATOR)

A questão que assalta o Des. Jovaldo é, que S.Exa. entende que, nas execuções contra a Fazenda Pública, deve haver honorários . Mas eu acho que não. Por quê? Porque a execução contra a Fazenda Pública é compulsória, o Estado não pode pagar senão através da execução compulsória mediante oposição de embargos e depois inscrição de precatórios ou RPV.

Então, como é que vou condenar o Estado a pagar honorários se ele não pode pagar. Essa é a questão. Ele não pode voluntariamente, diferentemente do particular, ou ele paga voluntariamente ou se ele sofrer um cumprimento de sentença aí ele será onerado na sucumbência; mas, o Estado não pode pagar. E lei impede que ele pague, se pagar, inclusive, constitui ato de improbidade.

Então, essa é a questão. Isso é muito discutido em doutrina, muito discutidos na jurisprudência, se caber ou não honorários advocatícios em execução contra a Fazenda Pública, isolada.

Eu acho que não cabe. Agora, dependendo do julgamento dos embargos, pode haver e, como nesse caso, o Estado venceu em toda sua tese, porque ele alegou um excesso e o excesso realmente existe, penso eu que só as embargadas é que tem que pagar os 10% sobre o excesso, no caso, três mil e oitocentos reais.

DESEMBARGADOR JONES FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE)

Estou recolhendo aqui só para colaborar com a discussão, um acórdão da Corte Especial do STJ nos Embargos Declaratórios em Recurso Especial 471641, rel. Min. César, onde se diz o seguinte:

"No sistema do CPC a Fazenda Pública não pode cumprir espontaneamente a sentença que a condena a pagar a quantia certa por via de consequência, a execução do título judicial é sempre necessária e a Fazenda Pública só responde pelos honorários de advogados no âmbito dos embargos do devedor, se opuser e for vencida."



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

É exatamente, a questão posta. E, nesse caso, os embargos são acolhidos porque fundados exclusivamente no excesso de execução.

Parece-me que a questão fica mais depurada partindo dessa premissa, de que, na verdade, a Fazenda não pode cumprir espontaneamente a sentença.

Então, continua em discussão.

O Des. José Fernandes havia solicitado a palavra...(interrompido)

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Independentemente do meu ponto de vista, minha preocupação é em decisões, talvez conflitantes da Corte e, como tenho certeza absoluta que a Corte já decidiu aqui em sentido contrário, até para que nós possamos contribuir no sentido, se for o caso, a ter mudar a posição, peço vista e sem prejuízo de algum colega se quiser adiantar o voto.

DESEMBARGADOR JONES FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE)

O Des. José Fernandes havia feito uma solicitação de manifestação, ao tempo em que o Des. Jovaldo...(interrompido)

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES

Em face do pedido de vista do eminente Des. Jovaldo quero crer que possa aguardar o voto de S.Exa.

DESEMBARGADOR JONES FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE)

Então, suspenso o julgamento, após voto do relator, dando provimento aos embargos de devedor, interpostos...(interrompido)

DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO

Presidente, realmente, acho que nesse caso, é de bom alvitre que se aguarde, iria adiantar o voto, estou inclinado na linha do relator, mas, com essa divergência pode ser até necessário que se entre naquele incidente de uniformização de jurisprudência para que nós evitemos futuramente, vou até fazer também uma



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

pesquisa, se for o caso, até para argüir um incidente de uniformização de jurisprudência, dada a relevância da matéria.

FEITO ADIADO A REQUERIMENTO DO DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

CORTE ESPECIAL 18.01.2010

EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA Nº 126800-2 RECIFE.

AUTOR – TEREZA NEUMANN MOURA BEZERRA SAMPAIO E OUTRO

RÉU – EXMO. SR. DR. SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR – DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

VOTO VISTA ÀS FLS. 76/78 DOS PRESENTES AUTOS.

DECISÃO:

“ADIADO O JULGAMENTO, EM FACE DO PEDIDO DE VISTA DO DES. JOSÉ FERNANDES, APÓS O VOTO DO RELATOR JULGANDO PROCEDENTES OS EMBARGOS À EXECUÇÃO E FIXANDO OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SOBRE A DIFERENÇA, EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA, NO QUE FOI ACOMPANHADO PELOS DESEMBARGADORES JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES, ANTÔNIO DE MELO E LIMA, GUSTAVO LIMA, ADALBERTO MELO, ALDERITA RAMOS, SÍLVIO BELTRÃO E LEOPOLDO RAPOSO, ENQUANTO O DES. JOVALDO NUNES JULGOU PROCEDENTES OS EMBARGOS À EXECUÇÃO, FIXANDO OS HONORÁRIOS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA, PELA DIFERENÇA ENCONTRADA, MAS TAMBÉM CONDENANDO A FAZENDA PÚBLICA EM HONORÁRIO SOBRE O VALOR DA EXECUÇÃO, NO PERCENTUAL DE 10%, SENDO ACOMPANHADO PELO DES. MILTON NEVES. AUSENTES, JUSTIFICADAMENTE, OS DESEMBARGADORES FREDERICO NEVES, FERNANDO FERREIRA E JONES FIGUEIRÊDO”.
